

16/6/1985

Dirigentes preferem greves “gradualistas” a “heróicas”

São Paulo — A redemocratização do Brasil "encerrou a fase heróica" do movimento sindical, cujos líderes correm o risco de se tornarem "administradores de derrotas", e não se adaptarem aos novos tempos. A análise é de Luís Antônio Medeiros, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e um dos principais líderes da Conclat no Estado.

A Conclat (Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras) pratica em São Paulo o que Luís Antônio chama de “sindicalismo gradualista”, em oposição ao “sindicalismo combativo” da CUT (Central Única dos Trabalhadores). Mas por trás dos dois estilos o que existe de fino é a orientação partidária: a CUT está ligada ao PT e a Conclat ao PMDB, sendo apoiada também pelo PCB, PC do B e conservadores.

"DOSAR AS GREVES"

A adaptação aos novos tempos, segundo Luís Antônio, obriga os líderes sindicais a “dosar as greves” e desenvolver simultaneamente a capacidade de articulação com as forças políticas extra-sindicais, sobretudo através do Congresso. Para ele, o “movimento sindical ainda vive na época do abaixo a ditadura, mas a luta tem que ser feita também no Congresso, tem que passar pelos lobbies e os grupos de pressão”.

Luís Antônio adverte que o resultado das recentes greves de metalúrgicos no ABC e de bóias-frias no interior de São Paulo — os acordos, nos dois casos, ficaram muito abaixo do reivindicado, ou nem sequer foram feitos — demonstra que o movimento sindical enfrenta dificuldades novas num regime politicamente aberto, ficando ameaçado de se isolar na sociedade.

Ao lembrar a manutenção de 370 mensalistas como reféns, durante a ocupação da fábrica da General Motors em São José dos Campos, ele disse que a ação do Sindicato dos Metalúrgicos, ligado ao PT, foi reprovada pela população da cidade. "O movimento sindical está na defensiva — disse — e temos que ficar explicando que greve não é bagunça".

Luís Antônio acha que os sindicalistas deveriam estar agora pressionando o Senado para garantir a aprovação do projeto que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais, em vez de se desgastar em greves de resultados duvidosos em relação aos esforços feitos. A redução da jornada é a principal reivindicação do movimento sindical mais avançado de São Paulo.

As greves dos metalúrgicos do ABC e dos bóias-frias do interior demonstraram com clareza os dois estilos do sindicalismo paulista. A segunda afetou o trabalho em 28 cidades da região canavieira de Ribeirão Preto mas, assim que começou a enfraquecer, seus líderes preferiram assinar um acordo precário, a ver a resistência dos grevistas minada. “Procuramos uma saída política que livrasse o trabalhador da violência”, disse Vitor Jorge Faria, um dos líderes da greve dos bóias-frias e diretor da Fetaesp (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo).

Com forte influência do PCB, a Fetaesp comandou diretamente a última greve, ao contrário do que ocorreu nas de janeiro deste ano e maio de 84, transmitindo a orientação de evitar confrontos e recuar em caso de tensão. Nas greves anteriores de bóias-frias, foi grande a participação da CUT, principalmente em Guariba, e grande também a repressão da polícia. Os

piquetes, por sua vez, atuaram com maior violência, depredando ônibus e caminhões nas estradas e ateando fogo em canaviais.

RESISTÊNCIA

Na greve dos metalúrgicos, deflagrada em 11 de abril passado, a orientação transmitida foi resistir ao máximo. Os sindicatos lançaram novas táticas, como a operação vaca brava, de métodos violentos, em São Bernardo, e a detenção dos 370 mensalistas em São José dos Campos. Cinquenta dias após o início da greve, ainda não havia acordo, e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, José Luís Gonçalves, ligado à CUT, considerou "preferível voltar ao trabalho sem acordo do que assinar um mau acordo".

Esta tem sido também a orientação transmitida por Luís Inácio Lula da Silva, o presidente do PT, aos operários do ABC, em sua defesa da continuidade da greve. A disposição de resistência extrema, comum aos sindicatos vinculados à CUT, decorre da expectativa de que um acordo sempre leve a mudanças reais e profundas nas condições de trabalho, pois em caso contrário, como afirmou José Luís Gonçalves, "sua assinatura é desnecessária".

— Se um sindicato assinar um mau acordo, provavelmente ele não será cumprido. A categoria vai passar por cima e o sindicato correrá o risco de capitulação. O melhor, num caso desses, é não assinar o acordo, para que a greve recomece três ou quatro meses depois — acrescentou.

Lula seguiu a mesma linha, há três semanas, quando numa assembléia em São Bernardo, assim que o impasse nas negociações com os empresários começou a se tornar evidente, disse aos metalúrgicos que a rejeição de um mau acordo era uma forma de assegurar a "dignidade" dos trabalhadores e deixar o sindicato livre para retomar a greve mais tarde, sem compromissos.

No Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o presidente, Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, freqüentemente é acusado de "pelego" por adversários vinculados à CUT. Luís Antônio Medeiros, que é vice-presidente do sindicato e hoje está filiado ao PMDB, depois de ter militado no PCB, garante no entanto que a greve nem sempre é o melhor caminho para o atendimento de uma reivindicação. E cita o caso de uma greve na Monark: mal articulada, o movimento fracassou e a empresa demitiu 60 empregados.

(Página 16)